

Totalitários e Democráticos
Redenção na Social do Brasil

A. U. Santos

Pátria Nova
SP - 1962

PUC SP

6. Maio 1962

P4 D14

a) DEFORMAÇÃO SOCIAL

1. São totalmente "contra a corrente" da necessidade moderna democrática ou totalitária os nossos princípios; pois a democracia está para o totalitarismo como a fruta verde para a fruta madura.

Assim, consideramos a guerra passada, em suas linhas gerais, como o choque dos totalitários "em potência" contra os totalitários "em acto" ou, em termos não técnicos, dos totalitários que já o são contra os totalitários que o serão. Acresce a medonha agravante de haver sido um dos totalitários em acto (a URSS) forçado desprazeirosamente a formar ao lado dos totalitários em potência denominados "democráticos", após haver ela (URSS) entrado em acôrdo com os nazistas, o que muito lhe rendeu em confiscação de bens e Estados alheios.

2. Essa desgraça histórica da união beligerante de "democráticos" com o pior totalitário de todos os tempos envolveu tudo em tremenda e pestífera hipocrisia e confusão, cujos primeiros resultados foram a escravização dos países bálticos, da infelizmente Polónia e outros ora atrás da "cortina-de-ferro", a soviétização da China (facto prenhe de apocalípticas ameaças ao mundo) em virtude da imposta participação "democrática" dos comunistas no antigo governo nacional do Kuomintang, entretanto que aguardamos para mui breve as mais conseqüências mundiais da cegueira oportunista dos aliados, entre as quais a menor ainda será a terceira conflagração mundial.

A guerra passada foi na verdade uma autêntica "jornada dos otários", pois chegou-se ao absurdo de querer democracia à força em países que já tinham governo próprio e não precisavam de remendos internacionais. Foram asneiras sobre asneiras! O resultado está aí.

8. Alegar-se-á talvez, com a mania grata-aos medíocres e conformistas a todo transe, que a democracia pode ser outra que não a democracia liberal — totalitária em potência.



Cumpra-nos, porém, a nós apregoadores da Monarquia aristodemocrática Orgânica, social como diria Vogelsang, a nós que não temos compromisso algum com chavões impostos pela máquina cosmopolita de propaganda política corruptora; cumpra-nos, dizemos, estabelecer peremptoriamente que, desde a revolução anti-francesa de 1789, são liberais *tôdas* as democracias do Ocidente, com mais ou menos fidelidade aos princípios anti-teológicos, anti-filosóficos, anti-políticos, anti-sociais, anti-econômicos e anti-humanos do liberalismo, pai do marxismo e seus "parentes" contraditórios.

Manifesto é, pois, que a guerra mundial n.º 2, com a sua falsa simplificação em "democráticos *vérsus* totalitários", lançou os povos e as inteligências mal aparelhadas em falas e pernicioso equívoco que desgraçadamente continua. Nós Neo-Monárquicos não somos oportunistas, não desejamos *agradar* a ninguém e, portanto, não escondemos a verdade, não escamoteamos os nossos princípios.

* * *

4. Por sem dúvida, o regimen demo-liberal burguês-capitalista deformou a sociedade moderna. Tinham razão os totalitários em acto na crítica à democracia antes da guerra. Não foram eles, aliás, que descobriram a lebre. Filhos da democracia, eles não existiriam sem ela, tão bem como não se explicaria o destino histórico de Bonaparte sem a revolução dita francesa. Antes e muito antes dos totalitários, em todo o Ocidente, e máxime na França, Espanha, Portugal, Áustria, Alemanha, Itália e até no Brasil (com Jácson de Figueiredo e alguns discípulos seus até hoje fiéis), fizeram o processo da superstição política moderna valorosas cerebrações verdadeiramente cristãs e nacionais emergidas da epidemia psitacótica do "estúpido" século 19.

Apossaram-se dessas críticas pertinentes e do "clima" creado por elas os totalitários e, declinando para erros hegelianos ou marxistas, só conseguiram desmoralizar a verdade às vistas inseguras das mentalidades tacanhas escravas da superficialidade e das mentirosas aparências, como êsses impagáveis sociólogos de botequim que se opõem à organização corporativa... como-totalitária!...

Agora farisaica e oportunisticamente todos se declaram "democráticos". Estão todos errados. São tartufos todos. Desmascaremos essa palhaçada.

* * *

5. Nas arengas com que nos infernaram os democráticos e os totalitários durante e após a guerra, todos se referiam à "civilização cristã ocidental". Ninguém, no entanto,

no lado de cá se lembrava de que ainda vivemos em parte predominante uma civilização burguesa, capitalista, sórdida, burocrática, saqueadora, injusta; e de que *do lado de lá* (incluindo-se a URSS que foi depois infelizmente *empurrada* para a nossa banda) se processava uma tentativa errada e criminosa (falando genericamente e não sob todos os aspectos) de opor-se à civilização burguesa, embora assim mesmo houvesse produzido alguns bons frutos excepcionais.

Quê seria uma civilização, uma verdadeira política *cristã*?

6. Nem nazismo, nem fascismo, nem belchevismo, nem democracia burguesa-capitalista.

Política cristã "Não poderá tomar-se em sentido correcto a não ser que a palavra *cristã* signifique não uma *espécie* de política, mas um *ideal* em que deve essa inspirar-se, bem como o conjunto das leis morais nas quais se funda e a que obedece. Neste sentido, a política cristã será aquela que, na busca do seu objecto próprio — o bem comum, se inspira na concepção cristã da vida e se conformar às leis morais que a traduzem. Supérfluo é notar o não ser a política simples técnica, nem ciência puramente física; é ciência (e arte), que tem por objecto dirigir a vida humana na ordem do bem público temporal. Em razão disto, há-de ela inspirar-se numa *filosofia da vida, numa concepção do homem e nelas achar o principio duma hierarquia dos valores humanos* (grifos nossos), bem como normas morais que ela traduzirá e incarnará no contexto da vida temporal da Cidade.

"Política nenhuma pode passar sem essa referência mais ou menos explícita a um ideal, a uma filosofia, a uma doutrina da vida. Por isso é que — diga-se de passagem — a "neutralidade", a indiferença professada em principio no plano político, a respeito de toda filosofia, de toda idéia filosófica ou religiosa, é não só erro, mas também um defeito e uma impossibilidade" (J. Dermine, "Religion et Politique". Casterman, Tournai-Paris, 1946).

7. E, pois, não há civilização *cristã* propriamente no Ocidente: há civilização burguesa, plutocrática, capitalista, individualista, com raízes na falsa reforma, assim nos povos católicos como nos acatólicos, com raríssimas excepções e estas mesmas com reservas. Há clamorosa infidelidade ao Cristianismo. Há decomposição total, preparatória do desmoronamento pela revolução social e política, que poderá deflagrar-se com a próxima guerra. Deus é praticamente negado ou ignorado. Portanto, Cristo está no exílio. Impera o racionalismo orgulhoso ou o livre-exame confusionista. A moral é natural,



"humanitária" ou leiga; a cultura (desorganizada ou desorientada) é secularizada e anti-cristã geralmente, pois não é manifesto nessa civilização infiel um valor supremo absoluto, fundamento da moral, da cultura, do direito, medida de tudo.

O Estado moderno é fraco e displicente com relação aos veros interesses do povo. Os pequenos e os pobres são explorados. Fêz-se mercadoria o trabalho. Há uma sede infiscalizada de lucros: capitalismo ladrão e explorador. Proletarização e pauperismo. O Estado individualista não intervém eficazmente para fazer cessar a desordem. E é o primeiro desordeiro, pois centraliza tudo na sua estúpida cabeça inorgânica. Apenas garante a "liberdade"... favorecendo por conseguinte os gatunos, os imorais e outros criminosos. Sim, também a imoralidade é mercadoria que se vende na imprensa, no livro e nos teatros e cinemas, graças à liberdade... garantida pelo Estado amoral!

A Família enquanto tal, as Comunidades enquanto tais, a Produção enquanto tal, não são chamadas a tomar parte na administração desse Estado macrocéfalo e ciumento da realidade. Como diz Spengler, "Aparecem os homens que nomeiam a si mesmos "representantes" do povo e que se recomendam como tais. Não têm a mínima intenção de "servir o povo"; eles querem é *servir-se do povo*, para realizarem os seus objectivos mais ou menos sujos, entre os quais a satisfação da vaidade é o mais inofensivo. Combatem as forças da tradição para tomarem o seu lugar. Combatem a ordem do Estado porque ela põe obstáculos ao seu género de actividades. Combatem qualquer espécie de autoridade porque não querem ser responsáveis perante ninguém, e fogem a toda responsabilidade. Nenhuma constituição contém uma instância perante a qual os partidos devessem prestar contas... Dêsse modo nasce a "democracia" do século, que não representa uma forma, mas que faz um princípio da falta de forma em todo sentido; surgem o parlamentarismo como anarquia constitucional e a república como negação de qualquer género de autoridade. Assim, os Estados europeus (podia Spengler dizer "do Ocidente") chegaram a estar tanto mais "fora de forma", quanto mais "progressista" era o seu governo" (*Anos de decisão*, Edições Meridiano, Porto-Alegre, 1941).

Criam-se apenas órgãos artificiais de exploração do voto, os quais não levam a coisa alguma de sério e fundamental ao bem comum.

8. No Brasil conhecemos muito bem esses processos até 1930. Permanecem ainda hoje certos aspectos desse carnaval democrático na sociedade atomizada e inorgânica (a

Guerra n.º 2 agravou o *democratismo* pelo lado mais imbecil e plutocrático), fundada pela civilização burguesa-capitalista, falsamente nomeada cristã, fruto do individualismo irrealista e feroz dos iluministas.

A Nação perde a personalidade na confusão doutrinária cosmopolita dos burgueses exploradores e negociastas. Fala-se muito e nescientemente de "insortais princípios". Parece que estamos todos na França de 93. Desprezam-se as tradições positivas nacionais, a Cultura nacional, aquilo que identifica e dá originalidade a uma nação. Adopta-se figurino político estrangeiro. Copiam-se asneiras.

O nosso Brasil conservou-se um pouco imune a esses males sob o Império, graças à Coroa. Derrubada essa por meia-dúzia de futuros tiranos, ficámos à mercê da rudeza sub-intelectual dos salvadores de... coisa nenhuma.

Há inflação de discursão sobre tudo. Mas tudo no mundo da lua. Tudo irreal. Faz-se pouco. Forma-se o caldo de cultura para a proliferação dos falsos reactivos marxistas sem pátria e anti-pátrios e nos quais se concentram todos os apátridas irresponsáveis, sob color democrático ou socialista.

Desaparece a rica vida nacional antiga ligada à terra, às tradições localistas, aos velhos costumes. Uniformiza-se tudo na antevisão da penitenciária "nacional" dos socialistas das estepes.

9. "Se a liberdade não se integra naquela lei da orgânica fraternidade humana — com a consequente "comunhão" de toda a escala dos bens que tal fraternidade importa — é inevitável o nascimento da tirania!

"Foi o que ocorreu ao Estado (liberal-democrático) de Rousseau: nascido em oposição à tirania e em defesa de liberdade e da igualdade, creou ele essa ordem burguesa capitalista que é justamente uma ordem na qual vigora a tirania de poucos e a opressão — e, aliás, a não-liberdade, a não-igualdade de muitos" (Giorgio La Pira, "Premesse della politica", Libreria Editrice Fiorentina).

Ora, impuseram-nos os "direitos do homem" sem os direitos de Deus e, pior ainda, contra os direitos de Deus, que garantiriam aqueles sustentando a liberdade e transcendentalidade da pessoa humana. Dessarte, os "direitos do homem" arrastariam o homem logicamente para o cesarismo tirânico do Estado que no individuo-cidadão não vê mais a pessoa humana racional e livre. Os que quiseram ser *só humanos, só deste mundo*, roubaram tudo ao homem, até os bens legítimos deste mundo.



Geraram o homem diminuído, o homem parcial: o intelectual amoral, o técnico unilateral. Desapareceram com o homem integral, no vértice da deseducação e do cientificismo, a coragem da responsabilidade, o destemor ante o perigo, a energia, o espírito de sacrifício pelos bens humanos e sobre-humano "até fazer sangue". Evitou-se a guerra, até mesmo a guerra de cruzada, a guerra justa, forjaram-se "Muniques" não por virtude (que no fundo os liberais desprezam) mas de medo e covardia, por excessivo amor às comodidades e aos prazeres da paz embora vergonhosa... Pois esses homens "valientes" que, nos seguros do seu poder civil, resultado tantas vezes de golpismos ou falcaturas eleitorais, afrontam os direitos de Deus, da Nação, da Família e da Pessoa Humana, são uns cordeirinhos patifes diante da ameaça de uma esquadra e de uns canhões. Donde se conclui que já não existem cruzados na Cristandade destruída. Há unicamente sibaritas e gozadores que matam os próprios filhos nos seios maternos e tripudiam sobre os direitos da multidão que exploram e desprezam. É o burguês figurado no tipo do cidadão prudente "demais burocrático, temeroso das empresas árduas, difíceis e não imediatistas, amigo dos altos juros sem consciência, rotineiro marea funcionário público, aproveitador da obra alheia, pesadão, cuja religião exclusiva é o lucro, o dinheiro; sentimentalista fora de propósito, pacifista a todo transe, duro de coração para as coisas superiores ao seu mundo egoísta. A eles se aplicam como luva todos os "Vae!", quer dizer todos os "Ai de vós!" dirigidos por Jesus aos fariseus orgulhosos, formalistas e hipócritas.

* * *

10. Nesse ambiente mefítico é que surge a reacção anti-democrática, anti-burguesa, anti-capitalista, porém cristã e recta.

Dela se apoderam (por deficiência dos bons, comodistas e já também aburguesados) forças outras cujos deuses são também falsos: os totalitários da direita, advindos do idealismo hegeliano na Alemanha e do idealismo de Gentile na Itália, o primeiro mais áspero que o segundo: tudo no Estado, do Estado, para o Estado, nada fora nem acima do Estado! O Estado, pensam ou dizem, é fim: tudo mais é meio.

Cria-se uma juventude heroica, anti-burguesa, pronta para todas as imolações, digna de uma causa sacrossanta, e posto da anterior. Brava, entusiasta, capaz de disciplina, combativa, mas para falsa finalidade; e isto foi a tragédia, resultado da omissão dos "bons" que cruzam os braços e depois criticam os outros que seem...

Há tonalidades no totalitarismo da direita. Mas em tudo se há-de considerar o fim, sem descurar do valor e legitimidade dos meios. Foi o aspecto grandioso das exaltações da juventude que contaminou outros povos adritos a filosofias diversas das totalitárias. Por isso, é má-fé tratar a Espanha, Portugal e o Brasil do Estado Novo em termos iguais, idênticos aos dos fascistas europeus. São outras filosofias e outros princípios, em que pesem as aparências. Estas por véses constituem simples moda.

11. O nazismo é neo-pagão, ateu, estatista, nacionalista exagerado segundo a doutrina tola da superioridade da raça germânica destinada a dominar o mundo, racista, anti-espiritual (a alma é apenas um momento no desdobrar da Idéia), anti-intelectualista, belicista, anti-personalista.

Não tanto assim o parente italiano, quicá por motivo de ambiência moral e nacional ou temperamento racial, visto como é idêntica a raiz doutrinária.

Quanto ao totalitário da esquerda, filho da dialéctica hegeliana através do primeiro princípio marxista (a Matéria), chega aos mesmos resultados que o parente nazista, com a agravante de deslocar para a classe operária a primordial realidade, de que o homem é apenas um momento "instrumental", constituindo fatalmente um perigo e ameaça ao mundo inteiro, a próxima tragédia humana.

12. Vão ambos desembocar na escravização da Pessoa: um à Raça, outro à Classe. Ambos levam à guerra estúpida. Não há escolher entre esses dois filhos da democracia a reactores contra ela. Não há, pois, escolher entre os três. São todos ateus confessos ou hipócritas, todos anti-humanos, desumanos, anti-nacionais, inorgânicos, inimigos do bem comum, inimigos da pessoa humana, conquanto a primeira faça praça de uma falsa liberdade, que não é a liberdade dos homens livres, dos filhos de Deus.

13. Assim, males religiosos, males morais, males políticos, males económicos, males sociais no sentido estrito são a herança da era nova republicano-democrática em todo o Ocidente.

A parca dos seus efeitos que couberam ao Brasil é inominável. Precisaríamos reeditar aqui os quadros macabros de Belisário Pena junto às meditações de A. Felício dos Santos, Farias Brito, Jácson de Figueiredo e as análises de Alberto Torres, Oliveira Viana e outros. Muito dêsse mister já foi realizado no decorrer das páginas desta ORGÂNICA(*).

(*) Este opusculo é separata dessa grande obra patronista.



O estado republicano, pôsto como apêndice estranho sobre o corpo da Nação, já foi suficientemente criticado. Já criticámos a situação económica e especificamente financeira da república comparada com o antigo Estado Nacional de posto. Não quereríamos repetir os males que enfermam a Família Brasileira, em grande parte derivados da apostasia do Estado e o clima por ela criado no País, com outros agravos anteriores como a destruição do morgadio e, praticamente, do bem-de-família, embora constante do Código Civil. Nem se há-de esquecer a pauperização das famílias, outrora ricas, em consequência das contínuas inflações e da falta de uma POLÍTICA ECONÓMICA na república. Nem passe despercebida a contínua tendência "socialista" do actual regimen contra os legados de que cada dia êle se faz mais sócio obrigatório sem devolver ao Povo em bens correspondentes o que lhe tira, coisa que em linguagem clara se chama roubo, usura, e em linguagem de política tradicionalista também se apelida "tirania".

Entram no mesmo quadro os problemas da infância abandonada, da mortalidade infantil e, em parte, dos marginais, de que já houve estudo em capítulo anterior.

14. Há um problema negro-indio-sertanejo, ou três problemas simultâneos. Tal problema é tabu para muita gente boa. E precisa ser resolvido. Não adianta a atitude de fuga, à moda do avestruz. Escrever artigos bonitos para o estrangeiro ler a respeito da nossa "democracia racial" resulta supinamento idiota, quando todos sabem que há problemas aqui dentro, inclusive de preconceito, e não é somente de situação económica. É de atitude espiritual e mental de negros e brancos, bem como de educação do negro especialmente.

Muito bem pondera Costa Rego: — "De qualquer maneira, a ternura pela Mãe Preta não resolve a questão do negro. Nós imaginámos que a tínhamos definitivamente encerrado a partir do momento em que foi abolida a escravatura.

"Na realidade, a partir daí é que a creamos, sob muitos aspectos.

"Nem poderia ser de outra forma, porque o negro não recebera a educação indispensável para ingressar no meio social, isto é para saber ganhar a vida como ganhara a liberdade.

"E êle tinha direitos neste sentido.

"... É exactamente integrando o negro no progresso de nossa vida colectiva que melhor o evitamos como problema. Quando não houvesse o sentimento, o rigor de um princípio sociologia indicaria esta solução.

"O Brasil, entretanto, possui TANTAS QUESTÕES

MAL CONHECIDAS (grifos nossos) a decidir que a melhor maneira do negro servi-lo, e servir-se a si mesmo, é organizar-se" (*O Negro, Correio Paulistano*, S. P., 29-1-1935).

Foi o negro, saído da escravidão em 88, a maior vítima da república imposta ao Brasil no ano seguinte. Isabel I fêz-lhe mais falta que aos outros brasileiros.

Quanto à organização sugerida pelo citado autor, fundou-se a *Frente Negra Brasileira* em 1931. Trabalhava magnificamente. A república fechou-a à fôrça em 1937. Ficou resolvido o problema... do negro "pobremente tratado pelo Brasil", como diz Luc Durtain que por aqui audon.

15. E o índio? Esse ficou no mato. Continua a ser problema para a Igreja, que não pode resolvê-lo sózinha, desajudado, e para o Brasil. Não podemos aprofundar aqui o problema. Sabemos que existe e pode ser resolvido. Levamos-nos à sua solução a realidade da nossa PRÁXIS ECONÓMICA. A sua realização conduziria o Brasil moderno ao mundo dos indígenas, mas um Brasil imperitavelmente transformado, com Filosofia Cristã no Governo.

O mesmo se diria do problema dos sertanejos, que basicamente é um problema de miséria e abandono. Para êles o estado democrático nem pe'cia é. É exclusivamente cobrador de impostos, se caírem na asneira de produzir alguma coisa além do estritamente necessário à vida vegetativa.

Resolveria o problema a Política Rural suposta na *Práxis*. Iriamos nós a êles. Não será preciso que venham para a cidade grande destruir-se, destruindo as reservas rurais do Brasil, êsses filhos do "nosso povo — tão forte, apesar da inúria da sua higiene, da sua péssima alimentação e do envelhecimento alcoólico, a que o deixam entregar-se; de rara média de sanidade mental; onde houve e há valores e primores de capacidade, de génio artístico e de energia..." (*O Problema Nacional Brasileiro*, A. Tôrres).

Quanto às presunções de uma ciência antropológica bafosa, responde o mesmo sociólogo:

— "O problema das raças, como problema de selecção social, é matéria julgada pela nossa experiência e pela experiência dos outros. Nós sabemos, porque o temos verificado em cinco séculos de vida, que as diversas variedades humanas habitantes de nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. Sabemos que a sua adaptação ao meio produz uma vitalidade e uma média de longevidade e



de fecundidade, melhores que as de raças tidas por superiores. Podemos afirmar que o negro puro e o índio puro são susceptíveis de se elevarem à mais alta cultura. Sem recorrer a estatísticas, lembrando apenas nomes próprios, vemos facilmente que, para o número de brasileiros negros e índios, que têm conseguido vencer as dificuldades sociais e económicas da educação, os homens de valor representam uma boa proporção. Quanto ao mulato, o mesmo processo nos levará a conclusão ainda mais segura: os tipos de mestiços de alta inteligência e levado carácter moral são comuns no Brasil".

16. Mas por quê afirmou Alberto Tórres essas verdades tão claras em nossa História? Porque muitos teóricos republicanos botocudos, aferrados a pseudo-ciências de europeus presumidos, viviam insultando o nosso Povo, quando a eles românticos da política se deviam, e não à Nação Brasileira, os males multiformes do Brasil, levado (diz Getúlio Vargas) "à completa falência do regime. Falência política, administrativa, financeira e económica, moral e material" (Discurso em Porto Alegre, 24-11-1934). Aliás, "São Paulo que produziu os primeiros propagandistas da república (Pobre São Paulo! ponderamos nós) não pode deixar de ser o baluarte dos mais dedicados propugnadores da reforma dos nossos costumes políticos e da reorganização do país em moldes diferentes, de maneira a se poder justificar o grande abalo ocasionado no país pela revolução triunfante. O velho regime, constituído por governos irresponsáveis, isentos de qualquer fiscalização, não pode ressuscitar. Está morto, e bem morto. É uma obra nova a que estamos iniciando, obra revolucionária, a qual ninguém poderá deter em sua gradual evolução, sem ficar por ela esmagado" (Dr. Pedro de Toledo, discurso na Associação Comercial, 16-6-1932).

* * *

17. Não trouxe, pois, a república nenhum ideal orgânico, congênito às novas instituições, como diz Vicente Licínio Cardoso. Nada trouxe que a justificasse. Estragou tudo. Destruiu. Não construiu nada de vital. Não reformou erros passados. Deformou tudo. Nem as sociedades particulares, nem a base política municipal, nem a Província, lucraram coisa alguma com a sidérea novidade.

Negou todo o positivo em nosso Passado. Exaltou tudo quanto era sandice, tudo quanto era tara, tudo quanto era desordem. Estancou as fontes da grandeza nacional. Arruinada fundamentalmente a Economia pela sua ignorância e

desvarios, instalado o partidário descaimado no Poder, com todas as suas consequências, ficou o Brasil incapaz de realizar qualquer coisa de grande, de permanente, de duradouro. Penhorado às arcas estrangeiras, produzindo relativamente pouco, só podemos pensar em pagar dívidas, em pedir esmolas de empréstimos que nos aumentam os compromissos e reduzem a independência, a dignidade, a altaneria.

Deformados em nossa mentalidade e em nossa moralidade, vamos empurrados pela História, sem construí-la à nossa moda, ao nosso feitio, ao feitio do que recebemos dos nossos Avós, de quem chegamos a ter vergonha por ignorância ou estupidez. Tornamo-nos basbaques internacionais dos Estados e Nações triunfantes. Papagaios do mundo, imitamos, arreuedamos como as gralhas ridículas nos pavões brilhantes.

Mas havemos de sair desta situação miserável. **POB NOSSA CONTA, COM OS NOSSOS MEIOS, COM A INTELIGÊNCIA DAS NOSSAS CABEÇAS**, como senhores do futuro, após 15 lustros de escuridão subterrânea.

Sursum corda, Brasileiros!

18. Digamos com Pontes de Miranda:

— "Não queremos eliminar o Estado, mas regenerá-lo. Em vez de política especulativa, como a dos utopistas de 1889 e 1891, a política científica e experimental, eficaz e prática, que evitará as formidáveis calamidades que nos esperam, quando, dentro de dez anos, esmagados pela casca artificial e despótica dos dirigentes, sem organização do trabalho e da indústria, a população brasileira, acrescida da imigração incessante, começar a inquietar-se e apresentar os problemas políticos nas suas soluções radicais e utópicas: socialismo puro ou anarquismo. Ora, é facto provado que os Estados em que cresce o número dos sem-trabalho fazem recair na propriedade privada as despesas que permitem a ordem a despeito da população desocupada: às vezes são gastos policiais, mantenedores das forças repressivas e opressivas, ou tendentes ao barateamento da vida; outras vezes, directas espoliações ou encargos sem métodos, em legislação social que pouco adianta aos operários e desgraça as indústrias.

"A solução deve ser científica: combater o pauperismo, a falta de trabalho, não preventiva e não repressivamente, como entendia o despotismo policial e judiciário, nem a sobre-carregar, às cegas, as organizações industriais, — e sim pelo exame técnico, sistemático, dos problemas."

É o que propõe PÁTRIA-NOVA, enquanto é tempo. Pois recusamo-nos a crer que já seja tarde. Nunca é tarde para tomar juízo, dom que a república nunca jamais teve.



b) REFORMA SOCIAL

19. Amadurecem os tempos. Já vivemos parcialmente as nossas verdades históricas em tempos recentes, embora diminuídas. De facto, refogem às soluções integrais êstes tempos pervertidos ou as contemporâneas vontades pervertidas. Tentam os homens comodistas e covardes fugir às soluções radicais. Arrancam-nos à Doutrina parcelas que não podem funcionar por si, separadas, visto serem solidárias tôdas as peças da máquina. Há-os que querem o *Credo*, mas apartam-se da *Monarquia*, como se fôra indiferente a História onde nascem, se formam, crecem e vivem idênticas a si mesmas as nações. Outros desejam a *Monarquia*, mas postergam o *Credo*, como se a Monarquia tivesse substância apartada do facto histórico e, por extensão, nacional da Revelação e de Cristo, centro da História. Aqueloutros não refugam a Monarquia, mas querem-na desprendida do Imperador legítimo pela Tradição, preparando casos futuros da espécie de Iturbide ou quiçá Maximiliano do México. Apartam-se êstes da afirmação da *Pátria e Raça* do nosso programa, esquecidos do clamor glorioso da História de 400 anos ou melhor, dos 800 anos da nossa História Total partindo de Afonso-Henriques. Há-os que propugnam a Redivisão territorial, mas não acceitariam a Corporação. E assim por diante.

20. Ora, antes de ninguém no País, afirmámos o Estado Integral, monárquico-Orgânico. Não se trata de capricho, nem de moda. É DOCTRINA. Moda eram as camisas, os uniformes, que aliás nada têm de incompatíveis com qualquer situação, e poderão voltar um dia, como as saias longas ou curtas, as bombachas e os paletós cintados.

Não fazemos concessões a nada, nem a ninguém. O nosso Programa é o que é. Somos com êle a RESISTÊNCIA do Brasil contra os invasores, contra os bárbaros. Só se lhe poderão acrescentar pormenores. A CONCLUSÃO de 1928 é implacável. Sem reconhecê-la e acatá-la, não haverá salvação para êste pobre País e êste pobre Povo que a república

bárbara "salva" cada quatro ou, agora, cinco anos, e anda cada vez pior...

Amadurecem os tempos. Já aparecem eminentes sociólogos e pensadores que à sua maneira nos defendem e chegam à mesma conclusão que nós por vias diversas.

21. O BRASIL É IMPÉRIO e como Império deve ser organizado, se é que em política a realidade importa, como efectivamente importa. Podemos repetir com Alberto Tôres: — "Verdades tiradas do concreto e do vivo, as que aqui se encontram são superiores a divergências de escolas, de orientação e de sistema: são factos; e, como factos, impõem consequências, que é força aceitar.

"O nosso país precisa, de uma vez por tôdas, formar um espírito e uma directrix prática, que o conduza, salvando-o do atravancamento das opiniões e das tendências particularistas e sistematizadas, em que está dividido, a organizar e pôr em movimento as suas próprias forças" (*opus cit.*)

Temos, porém, de contrariá-lo porque, comparando-nos erradamente com os Estados- Unidos, diz que "não sofreram, como nós sofremos, com a vinda da casa de Bragança, nenhuma síncope de evolução política", quando a síncope foi justamente de toda a América salvo o Brasil, que continuou o seu regime como o quizeram os ibero-americanos e até os norte-americanos, mas não o puderam e por isso aquêles, mais árdegos e individualistas do que os neo-saxões, se multipartiram em repúblicas anárquicas.

Expõe-nos com precisão um moderno escritor neo-ibérico:

«A la funesta política borbónica se suma luego una nueva causa menos mediata de la guerra de independencia. Esta es la invasión napoleónica de España, con la prisión de Fernando VII y el advenimiento de José Bonaparte al trono español.

«Tales hechos vinieron a trastornar completamente el cuadro histórico hispanoamericano. EL ESPIRITU MONÁRQUICO ESTABA HONDAMENTE ARRAIGADO EN AMÉRICA (grifos nossos), y se presentó a los americanos un tremendo conflicto que los dividió en dos bandos opuestos, convirtiendo la guerra de independencia en una guerra entre americanos.

«España no hubiera podido sostener esta guerra si no hubiera contado con el apoyo de gran parte de la población americana. Los indios estaban por el rey (Fernando VII)». «Los mestizos, zambos, mulatos y otros americanos — dice Maria André — no difieren mucho de los indios en este punto. Al



principio son, en su mayoría, partidarios del antiguo régimen, y bajo la bandera de éste se alistan sus soldados. Poco a poco se pasan al nuevo, porque es el que triunfa, porque se les embriaga con promesas y porque sufren diversas influencias, de las que son las principales las de los jefes aureolados por la victoria, de los párrocos y de los frailes patriotas... La fidelidad al Rey es un sentimiento tan general, y sobre todo tan popular, que los partidarios de la independencia (Sería melhor dizer separação) no se atreven a salirse de la legalidad. La guerra de independencia no tiene — al menos en sus principios — el carácter de una revolución contra la monarquía ni contra España. Es simplemente una lucha entre dos bandos que disputan sobre un problema de legalidad. Ninguno desconoce la autoridad del Rey. Las juntas americanas se niegan a obedecer a la Junta Central española y las Cortes de Cádiz porque no representan al Rey y los americanos no son súbditos de España, sino de la Corona de Castilla. Las posesiones de la América española no eran colonias, sino reinos o provincias de la Corona de Castilla.

«Sus habitantes tenían, por tanto, el mismo derecho que los habitantes de la Península para nombrar sus propias Juntas. «No pertenecemos a España — decían —, pertenecemos al Rey de Castilla; desaparecido éste, tenemos el derecho de escoger otro gobierno». Julio Ycaza Tigerino, nicaragüense, Génesis de la Independencia hispanoamericana, Madrid, 1947).

Essa a verdade. Tudo mais é lenda sem base histórica, como toda a lengalenga da nécrea tradição "republicana" no Brasil, fundada em todo motim de afrancesados separatistas...

Donde se conclui que *síncope* foi dos outros, não nossa. Apenas CONTINUAMOS O QUE ÉRAMOS — MONARQUIA! Dom João VI, realizando o plano de Dom João III, veio ter ao que era seu domínio. Era nosso Rei. E mostrou MAGNIFICAMENTE que o era, como atrás vimos. Tivemos a nossa *síncope* em 89. Mas o Povo Brasileiro não teve parte alguma nesse motim de estrangeiros...

* * *

* * *

22. Depois de afirmados, como já o foram, os nossos princípios teológicos, filosóficos e políticos (cap. II) que se seguiram aos Preliminares (cap. I), onde se estabelece a *reforma do Estado* de acôrdo com a Tradição e os dados das ciências sociais contemporâneas; depois de publicado o nosso PROGRAMA(*) depois das exposições da "Análisis Económica" (cap. III); depois da exposição das nossas riquezas em potência nas "Realidades em prospecção e sua industrialização" e o modo de aproveitá-las; depois da densidade do cap. V, *Práxis Económica*(**) onde se ferem os mais graves problemas da Economia Política, sendo que em todos os capítulos se foi tocando não apenas no lado material mas no lado HUMANO do trabalho que deve ser submetido à justiça social, desnecessário seria repetir tôdas as minúcias de uma Reforma Social, uma vez que já afirmámos o propósito de seguir todos os ensinamentos pontifícios nas suas encíclicas sociais, sempre atentos também ao que as ciências sociais, a sociologia nos forem ensinando.

23. Sabemos que a Reforma Social há-de ser uma reforma de base, sem o que trabalharemos de balde.

Já o dizia Leão XIII: "A questão (social) que se agita é de natureza tal que, se não houver apelo à Religião e à Igreja, impossível será descobrir-lhe solução eficaz".

Afirma-se, portanto, o primado do espiritual na sua resolução. Caridade, justiça, eis as grandes virtudes necessárias antes de tudo.

Mas não se há-de olvidar o Estado; "O que dos Governos se requer é um concurso de ordem geral que consiste na *economia inteira das leis e das instituições*; queremos dizer que lhes cabe proceder de forma que da *própria organização e govêrno da sociedade espontâneamente e sem esforço decorram a prosperidade pública e a particular*".

Deve, portanto, o Estado colocar-se na sua posição de supremo dirigente, vigilante, estimulador, repressor, conforme a necessidade e a prudência o aconselharem, ao revés de ser o supremo desorientado, cego, trapalhão e fomentador de injustiças desgostando os bons e estimulando os maus pela impunidade dos crimes.

24. Mas, como restabeleceremos "aquela vida social outrora rica e harmônicamente manifestada em diversos gêneros de agremiações", que o liberalismo do século passado substituiu pelo regime injusto em vigor hoje?

(*) No fim deste opúsculo.

(**) Essas partes técnicas se devem ao supremo conselheiro Dr. António André Mendonça de Queiroz Teles.



Cuide o Estado de reconstituir as Corporações de Offícios, os Mesteres da nossa Vida Pre-Imperial, isto é do tempo em que gozámos das maiores liberdades, destruídas pelo liberalismo do Império e, principalmente, da república.

«Vieira Fazenda lembra que, nem no Rio-de-Janeiro, nem em cidade alguma do Brasil houve Casa dos vinte-e-quatro; mas os officiaes mecânicos unidos aos homens-bons e ao povo ERAM OUVIDOS NOS NEGÓCIOS IMPORTANTES, por intermédio dos misteres ou mesteres. Na correção feita em 1624 pelo ouvidor desembargador João de Sousa Cardenas, prova ãe que a Câmara do Rio-de-Janeiro pedira licença ao rei para o povo poder eleger dois mestres. Na revolução de 1681, em tempo de Salvador Benevides, encontramos, em número de quatro, êsses representantes, a cuja frente estava o célebre Jerônimo Barbalho Bezerra. Ainda em 1763 o governador José da Silva Pais dirigia-se à Câmara procurando saber como nela se costumava ouvir o povo. A Câmara respondeu que por meio de procuradores — da nobreza, mercância e maccânica, eleitos neste Senado, Silva Pais ordenou fossem aumentados os procuradores, sendo quatro eleitos por parte da nobreza, com a advertência de que êstes fossem dos principais e mais antigos, e mais vèzes tivessem servido na dita Câmara, dois por parte da mercância, sendo um da freguesia da Sé e outro da Candelária, e para isso seriam eleitos sujeitos de inteira capacidade e sã consciência, que na tesouraria dêsse Senado tivessem dado boa conta de si e procedimento com verdade, e dois pelo último estado ou mecânico. Tanto basta para provar o que avançamos» (Manual de Economia Política e Finanças, J. Papaterra Limongi).

Já tínhamos, pois, representação popular, nacional verdadeira nos falsamente chamados tempos "coloniais", termo que usámos somente por comodidade. Para ser Orgânico, há-de o Estado Imperial compenetrar-se do seu papel superior e deixar à Província o que é dela, ao Município o que ao Município pertence e às corporações o que a ela compete. É base da Ordem no Estado. Já, porém, que tudo destruíram os nefandos "princípios" liberais e republicanos, cumpre recommear acorçoando a formação dos novos Mestres, dando-lhes função, como o faziam os Reis para que o povo d Brasil Português tomasse consciência da própria personalidade:

«Formava-se, pois, o «terceiro estado» (povo trabalhador organizado), com a proteção da coroa, da qual o governador Silva Pais fôra tão diligente executor: a mesma proteção que os autores observam em França. Com o advento de Pombal, a situação modifica-se. A politica é a mesma: combater a nobreza; porém levada a cabo com requintes de crueldade. O terrível marquês não teve olhos para enxergar os interesses do nosso «terceiro estado». Pretextando que a nascente indústria fabril distraia braços de agricultura, preferiu mandar fechar os seus estabelecimentos, escravizando-nos ao pacto colonial, defendido por Montesquieu. O absolutismo encontrava-se com o espirito da Enciclopédia.

«Não tardaria muito, e a Constituição do Império, vivada do mesmo espirito, aboliria as corporações de officio, seus juizes e mestres. Bastaria êsse dispositivo, para lembrar que ella um dia existiu no Brasil» (idem, ib.).

* * *

25. Da restauração dos Mesteres, seja com que nome fôr, passar-se-á ao restabelecimento do Município na sua dignidade perdida. Leiamos o que diz, com toda a franqueza de brasileiro independente, uma figura de nossa politica actual:

«A verdade é que não haverá municipalismo verdadeiro no Brasil enquanto não se realizarem suas duas condições principais: uma politica através da qual se dêem maiores recursos económicos, financeiros à municipalidade e, como consequência, um reexame critico das funções que ella vem actualmente desempenhando na vida brasileira.

«Precisamos, em resumo, enriquecer e dar effi-ciência administrativa ao município brasileiro. Tal politica de enriquecimento pressupõe, como é fácil comprehender, a reforma racional do presente sistema tributário. Como é de conhecimento de todos, o sistema de arrecadação de impostos para o custeio dos serviços públicos é feito por três organizações estataes: a que arrecada para a União, a do Estado e a do Município.

«Por êle, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativos ao periodo de 1932 a 1947, a arrecadação de impostos foi processada da seguinte maneira: à União coube 59,56%;



aos Estados, 34,06%; e aos Municípios, 6,38% da arrecadação total. A conclusão é evidente: a arrecadação federal é, no Brasil, sensivelmente maior que a estadual e, sem exagero, deixa a perder de vista a arrecadação municipal.

«É nesse alarmante desnível que reside o mal crônico do pauperismo da pequena cidade brasileira...

«Urge, portanto, planificar uma reforma tributária que corrija, de uma vez por todas, o empirismo nocivo, que tem reduzido nossos municípios à espécie de colônias financeiras de orçamentos estaduais ou federais onerados por um regime de déficit crônico. Tal não se dá, porém, nos Estados- Unidos, em cuja estrutura constitucional tanto se inspira o federalismo brasileiro. Se tomamos, ao acaso, o quadro demonstrativo da distribuição de uma receita orçamentária americana, verificaremos que as respectivas percentagens assim se distribuem: à União, 33% aos Estados, 17,3%, e aos Municípios, 48,9%.

«Como se vê, na grande República do Norte, quase metade da arrecadação geral é aplicada em benefício dos municípios. Convém acentuar, de passagem, que, na aplicação dos respectivos recursos, tanto a União quanto os Estados americanos transferem às municipalidades parte de suas rendas, de tal modo que a elas cabe o montante de 52% da arrecadação» (Gov. Ademar de Barros, Palestra a 2.11.50).

26. Focaliza-se aí apenas o aspeto económico-financeiro. Mas a restauração há-de ser também política. Domingos Jaguaribe Filho, municipalista apaixonado e republicano, admirava-se de que os dois países onde havia mais autonomia municipal, nos começos do século, fôsem o Império Russo, então anti-liberal, e os Estados- Unidos. Fácil explicar-se. No antigo Império Moscovita não havia partidos... o povo tinha voz directa. Quanto aos Estados- Unidos (que não são todos como os nossos republicanos que copiaram as *infelidades históricas* de lá), *conservaram* os velhos costumes da Monarquia Inglesa. E não querem coisa melhor...

Fôrça nos é igualmente restaurar os nossos bons costumes antigos, no Município. Base da vida política nacional, fulcros da legítima representação porque também da vida económica nacional, nas Corporações terá êle todos os serviços

sociais que hoje se dispersam multifariamente e são fonte de desperdício, quando não de desvios suspeitos e malversações.

* * *

De nada valerão, contudo, as mais aparentemente perfeitas instituições sociais, se aumentando-lhes o valor *essencial*, como o tem por si a Monarquia, não se informarem do espírito cristão que é o informador do Império Patrianovista. Há que reformar os costumes. Há que informar tudo de Cristo. «É preciso que esta Justiça Social penetre completamente as instituições dos povos e toda a vida da Sociedade; é sobretudo preciso que êsse espírito de justiça manifeste a sua eficácia constituindo uma ordem jurídica e social que informe toda a economia, e cuja alma seja a Caridade».

Pois, «Tais são hoje as condições da vida social e económica, que se torna muito difícil (diz Pio XI, e isto é tremendo!) a uma grande multidão de homens ganharem o único necessário, a salvação eterna».

27. Se nos interessamos, porém, pela **REDENÇÃO SOCIAL DO BRASIL** primeiramente, antes de sermos precursores a todo o mundo, importa-nos focar os problemas especificamente nacionais do Brasil.

Passemos agora de relance as vistas sobre a lista dos problemas económico-sociais do Estado, como segue:

- 1) Diminuição da produção agrícola.
- 2) Êxodo rural.
- 3) Falta de braços para a lavoura.
- 4) Encarecimento dos gêneros alimentícios.
- 5) Congestionamento dos grandes centros.
- 6) Intermediários inescrupulosos e açambarcadores de gêneros de primeira necessidade.
- 7) Falta de habitações nos centros populosos.
- 8) Aumento da criminalidade e das ideologias subversivas.
- 9) Desemprego e mendicância.
- 10) Redução das actividades comercial e industrial.
- 11) Retracção do crédito.
- 12) Alta mortalidade infantil.
- 13) Falta de médicos em grandes extensões do país.
- 14) Alimentação deficiente e inadequada para quase todo o país.
- 15) Falta de escolas técnicas próprias para o nosso meio.
- 16) Ausência de iniciativas para mobilizar as nossas riquezas potenciais.



- 17) Concentração de capitais em negócios de valorização rápida.
- 19) Fontes de energia em mãos de sociedades estrangeiras ou inaproveitadas.
- 20) Excesso de leis e regulamentos fiscais.
- 21) Depauperamento físico e económico do brasileiro. (*)

Há ainda muita coisa mais a engrossar este rosário de misérias atestadoras da incapacidade republicana para governar o Brasil.

Há problemas da Família em geral. Há-os, todavia, da família "brasileira". Há problemas das Classes Intelectuais, da Classe Média, da Classe Operária, das Classes Patronais, genericamente. Mas há-os de todas elas no Brasil.

Há, p. ex., problemas de desemprego. Mas há de firmas comerciais e industriais que só não aceitam negros, não aceitam mestiços evidentes. Há coprêns estrangeiras que só aceitam patrícios ou filhos de seus patrícios, prejudicando os operários brasileiros. Houve alguma melhoria a respeito nos últimos anos.

E os operários rurais? Não têm problemas próprios?

É por isso que dizemos lá no começo: "PRECISAMOS FAZER UM COLOSSAL MUTIRÃO PARA SALVAR O BRASIL PARA ENGRANDECER O BRASILEIRO E A SUA PÁTRIA. O SR. É O CAPITAL BRASILEIRO DE QUE NECESSITAMOS. E FOI PARA O SR. QUE ESCREVEMOS ESTA "ORGÂNICA".

Precisamos de uma *conspiração de todos* para denunciar problemas, estudar problemas, resolver problemas. Precisamos da oração e da acção de todos.

28. «O mundo (digamos o Brasil) tem precisaõ de nós para a justiça de que temos de ser os ardentes vanguardeiros; foi a nós que Cristo disse que, se a nossa justiça não exceder a dos fariseus, embalde esperaremos o ingresso no Reino. O mundo precisa de nós para o amor: «Dou-vos um mandamento novo, que vos ameis uns aos outros». Cristo não acaba de falar dessa novidade às vésperas da morte. O mundo necessita de nós para o pensamento; pois, se há uma parte de determinismo a que estamos sujeitos, há, mercê de Deus, a liberdade que nos fica, com a qual pode o homem imprimir ao mundo tal ou qual direcção; é em virtude desse

impulso a dar que há para os cristãos uma necessidade e exigência, capital para a vida mesma do mundo, de estarem presentes em toda parte, para penetrarem de vida cristã toda a cultura e todo o pensamento, afim de tentarem inocular-lhes as noções justas. Com-efeito, é do pensamento, mas de um pensamento que se não separa do real, que nascem, progridem e triunfam os grandes movimentos da história» (*Efficacité Chrétienne*, H. Barbeau).

Nem nos venham dizer que *pouco importam as instituições temporais para a redenção do mundo e que misturamos o sobrenatural e o temporal*. Claro que misturamos. O contrário seria a heresia naturalista. Seria fazer o jôgo do inimigo da Igreja e da Monarquia. "Os remédios impõem-se quanto antes, diz Mons. Émile Guerry. Não se poderá certamente censurar o autor da "Efficacité Chrétienne" de não ter realçado a NECESSIDADE E A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES TEMPORAIS. Creá-las em todos os domínios, colaborar com elas no estabelecimento do bem comum da Cidade é tarefa urgente dos cristãos.

"Mas, por mais essencial que seja o papel das instituições sociais, civis, profissionais e políticas, nada será feito de duradouro e profundo para uma ordem humana, enquanto se não apelar para a consciência do homem e suas virtudes, porque afinal de contas sempre se trata de homem, ser racional, livre, chamado a um destino eterno" (Prefácio à obra citada).

29. *Reforma das Instituições e reforma da Vida*, grandemente lesada pelo actual regimen injusto e incapaz de realizar o bem comum, de garantir a paz total e a prosperidade pública — eis aí em síntese o de que havemos mister.

E terá o Brasil, Pátria Imperial, entrado na estrada-real dos seus gloriosos destinos rompidos em 1889.

Restabelecida a nossa Unidade Social, pela Justiça e Caridade, bem como pelas obras fecundas de que são capazes, teremos a Pátria redimida e aparelhada para outra fase da grande Empresa Patrianovista, Cruzada dos homens fortes e arrojados do Brasil.



(*) Elenco sumário organizado pelo Dr. Queiroz Teles, já citado.

c) O BRASIL, POTÊNCIA IMPERIAL

30. — Não temas, Afonso! Quero fundar na tua descendência um grande Império.

Pouco importa se facto histórico ou lenda a tradição dessas palavras de Cristo, ou semelhantes, a Dom Afonso-Henriques, o primeiro Rei da nossa Tradição, quando fazia a vigília de armas no campo de Ourique.

A profecia atinge-nos, como ao Portugal irmão. Tanto uma como outra das duas Nações desfrutaram épocas luminosas e incomparáveis, situando-se na relatividade dos tempos. Dir-se-á terem ambas realizado plenamente a sua vocação? Não estaria reservado a ambas algo maior, mais sublime, mais significativo, no mundo novo prestes a alvorecer após a tenebrosa noite da civilização que vivemos? Não queremos profetizar. Entretanto, acreditamos que algo de insigne se nos reserva em futuro não mui remoto.

Enquanto esperamos, lutemos, trabalhemos. Não importam os lauréis. Importam sim a fidelidade à obra começada, a coragem de ir até o fim na busca do Ideal. Almas de Cruzados no meio de uma Cristandade falida no terreno do temporal, elevamos alto os nossos estandartes, plenos de fé nacional e universalista, imitando nisso os nossos Avoengos.

E cremos no GRANDE IMPÉRIO prometido por Nosso Senhor Jesus-Cristo a El-Rei Dom Afonso-Henriques no campo de Ourique.

* * *

31. Após a longa viagem da ORGÂNICA, arribamos ao pôrto do último artigo.

Damos graças a Deus de havermos chegado ao fim com a mesma coragem do começo da jornada.

Revedo o caminho percorrido, que foi a execução da obra, reparamos em que poderíamos ter dito mais ou dito menos, cônscios da imperfeição da tarefa em comparação ao que desejariamos ter conseguido de melhor. Consolamo-nos, porém,

com a certeza de havermos produzido uma obra útil ao seu fim: um Instrumento para a grandeza do Brasil, para a sua Independência real, para o seu Poder, em todos os sentidos.

É um livro de consolação das misérias presentes e de esperança dos grandes dias futuros, quando sôbre a estrutura de aço da nossa Economia Nova, Patrianovista, se erguer o Gigante de Ouro do Novo Império do Brasil, o Império Messiânico.

É um livro de Fé e para arrebanhar homens de Fé.

Só os sonhadores, só os visionários são senhores do Futuro.

Os sanchos-panças comem o presente, dormem o presente, morrem o presente. E desaparecem sem ter creado as artes, a poesia, as flôres, os Impérios.

32. Verdade é que os nossos sonhos irradiam pragmáticas. Mas falta-nos o Estado Imperial que as ponha em movimento, que as execute, que as realize.

Expusemos, no cap. VI (Reforma financeira e tributária), b e c, os meios de conseguirmos os capitais para financiar TÔDA A OBRA IMPERIAL da nossa ORGÂNICA, sem contrair empréstimos e mendigar esmolas internacionais, repetimos. Isso é impossível de se fazer com regimen partidário e, pior ainda, republicano-democrático-partidário. O partido é contra a Nação.

E um país miseramente empobrecido como o nosso desde 1889 não pode nem sequer defender-se, quanto mais engrandecer-se e ter expressão nos comícios dos Estados poderosos do mundo.

33. Pouco há, publicou o *Diário Popular*, de S. Paulo, o artigo "Renovação da Marinha de Guerra". Assim se exprime a alturas tantas: "Foi noticiado recentemente que haviam sido coroadas de êxito as negociações empreendidas para a aquisição nos Estados-Unidos de dois cruzadores para a Marinha. Quando se considera que chegámos ao ponto de não contar com uma só unidade dêsse tipo, é fácil avaliar a situação em que se encontra a nossa Esquadra. Mas essa é uma solução de emergência e incompleta".

Meditem bem os Brasileiros: a sua Pátria, que já foi no II Império a segunda potência do mundo; a sua Pátria que se qualificara como o segundo construtor naval do mundo, só abaixo da Inglaterra; a Pátria Imperial Brasileira, enfôrma de república, vê-se na premência de ter de negociar em boas condições a compra de dois cruzadores para a Marinha de Tamandaré, de Barroso e de Saldanha da Gama, cujos cadetes foram há tempos assassinados no Sul!



34. Continuemos a leitura do artigo: "De um modo geral seria falso imaginar que a questão da nossa Marinha de Guerra se possa resolver assim facilmente, pela simples votação de recursos destinados a ampliar o Fundo Naval. A rigor, as exigências reais da nossa frota de guerra não poderão ser atendidas com os actuais recursos orçamentários. SEM QUE O BRASIL PRODUZA MAIS, DISPONHA DE MAIOR RIQUEZA, POSSA MOBILIZAR RECURSOS MUITAS VÉZES SUPERIORES AOS ACTUAIS, NÃO PODEREMOS DESTINAR À MARINHA VERBAS CAPAZES DE LHE ASSEGURAR O MÍNIMO DE EFICIÊNCIA DESEJADA. COMO EM SECTORES OUTROS DA VIDA BRASILEIRA O QUE HÁ NO NAVAL É O REFLEXO DA NOSSA POBREZA. Somos um país pobre sobre o qual pesam encargos de nação rica (Perguntamos: *Pobre por quê? Rica, por quê não?! Já mostrámos a causa-mãe da nossa pobreza actual*). Daí (continua o articulista cujas palavras áureas quisemos aproveitar à última hora com os originaes já em compaixão), daí o desajustamento permanente em que nos encontramos e que **SÓ SERÁ SOBREPULADO NO DIA EM QUE ELEVARMOS, SUBSTANCIALMENTE, A RENDA NACIONAL**" (D. P., 25-11-50. Os gritos são nossos).

35. Perfeitamente de acôrdo com as ponderadas considerações do *Diário Popular*. Pois, já em 1936, dizíamos no artigo "A Ordem da Subordinação dos Valores no Patrianovismo": "Na ordem da *subordinação dos valores*, o primeiro problema a resolver no Brasil é o "Problema Espiritual" do qual decorrem todos os mais: o político, o social, o económico, o financeiro, todos enfim. Mas, sendo o Patrianovismo adstrito às realidades humanas, o primeiro problema, na ordem da realização, é o **PROBLEMA ECONÓMICO!** Para realizar integralmente o nosso Programa, precisamos *produzir!* Para produzirmos, precisamos começar por termos "elementos de eficiência produtiva", o que só conseguiremos desta maneira: Explorando, por nossa conta, o nosso ferro, o nosso carvão, o nosso babaçu, o nosso petróleo e as nossas forças hidráulicas. Só depois virão o ouro, o diamante, etc. Assim seremos independentes, exploraremos *para nós* as nossas riquezas naturais, atendendo também ao futuro da Nação; seremos ricos, fortes, poderosos, livres, e realizaremos integralmente o Nosso Programa, o do único Império de que o Brasil precisa: o **IMPÉRIO PATRIANOVISTA!**"

Entregamos ao Brasil a **ORGÂNICA PATRIANOVISTA**, ferramenta tôca mas sólida da realização de nosso Ideal:

BRASIL, POTÊNCIA IMPERIAL!

Glória à Santíssima Trindade!

Viva Dom Pedro III!

Assim terminava em 1950, a *Orgânica Patrianovista*, de que este opúsculo é actualíssima separata, pois aquela obra está praticamente esgotada. Aliás, como se viu, a matéria aqui tratada é independente, valendo por si mesma.



PROGRAMA PATRIANOVISTA

36. *I. CREDO.* — Respeito às prerrogativas essenciais da Religião da Nação Brasileira.

Com-efeito, o Estado ateu, irreligioso, arreligioso ou agnóstico não tem padrão seguro para aquilatar os valores morais, para julgar sob o critério do justo e o injusto, do bem e do mal, desprezando por-consequente a Lei de Deus (que ninguém pode ignorar como se não existisse), o que se não compadecce com uma NAÇÃO que nasceu Católica e Monárquica à sombra da Cruz de Cristo e do Real Estandarte da Ordem de Cristo. Por desconheçê-lo é que a república tem sido (ainda abstraindo-nos do caracter anti-nacional da mesma) a fonte copiosa de tôdas as imoralidades públicas e privadas.

37. *II. MONARQUIA.* — Imperador responsável que reine e governe, escolhendo livremente os seus ministros. Base municipal sindicalista (corporativa) da organização do Estado Imperial (Orgânico). Direitos majestáticos da Dinastia Nacional, aclamada pela Nação no fundador político da Pátria Imperial Brasileira, Dom Pedro I, e agora representada pelo sr. Dom Pedro III, isto é Dom Pedro Henrique de Bragança, descendente dos Reis e Imperadores que, juntamente com aquêles dignos homens de que somos também descendentes — os nossos bons Avós estadistas, fazendeiros, lavradores, trabalhadores, industriais, cabos-de-guerra, soldados, mercadores, marinheiros — fizeram a grandeza antiga, a felicidade e o prestígio mundial do Brasil.

(Explicação necessária — PROCURADORES DO POVO. Serão representantes do povo e auxiliares do Imperador, nos Conselhos e nas Câmaras, os verdadeiros procuradores das classes produtoras e intelectuais (operários, técnicos, patrões, representantes da Cultura), o que evita a exploração demagógica individualista dos politiqueiros irresponsáveis, inimigos do bem comum da multidão, fomen-



tadores de desordens, delapidadores da fortuna nacional, perturbadores da paz e prosperidade públicas.

Muitas Sociedades, Associações, Ordens, Institutos, Sindicatos, FUTUROS BRAÇOS DESSA LEGÍTIMA REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA, já existem naturalmente por aí (máxime desde 1931). Basta completá-los e dar-lhes expressão jurídica. A quem alegar ignorantemente que isso é «fascismo», isso não é democracia, convidamo-los a estudar história, sociologia e política; replicamos-lhes, demais a mais, que pomos o Brasil acima dos chavões criados pela conspiração internacional dos traidores das pátrias. — ESTADO ORGÂNICO, REPRESENTAÇÃO PELA FAMÍLIA E O TRABALHO. Garantir-se-á, por meio de CORPORAÇÕES social-económicas e culturais (clero, magistério, forças armadas, artes liberais e mecânicas, agricultura, indústria, comércio, transportes, jornalismo, radialismo, etc.), autónomas dentro da Orgânica Imperial, portanto não fascistas ou socialistas — todo o bem familiar, social, económico e cultural da Nação, dos Produtores, tendo os Chefes-de-família a sua benéfica influência e representação nos Conselhos Municipais, pois eles, os Chefes-de-família, são imagem do IMPERADOR que é o Chefe da Família Dinástica, considerada hierarquicamente a primeira Família brasileira.

Isso tudo impede a formação criminosa do capitalismo ladrão, de «trusts» e camorras agrícolas, comerciais e industriais, que saqueiam o Povo Brasileiro e lhe dificultam a vida; reprime a voracidade do fisco contra a PRODUÇÃO NACIONAL, bem como proscreeve os conluos politiquêsos maneja-dores do voto individualista, os quais ardilosamente exploram o povo em nome do povo ou em nome do que chamam de democracia para melhor engambelarem os incautos que se contentam com «palavras bonitas» a prazos certos — vésperas de eleições).

38. III. PÁTRIA A RAÇA. — Afirmação da Pátria Imperial Brasileira; sua valorização espiritual (religiosa, intelectual e moral), física e económica. Protecção e defesa da Família contra os males modernos. Afirmação da Raça em

todos os seus elementos tradicionais e novos-integrados (filhos de estrangeiros). Solução séria e definitiva do problema negro-índio-sertanejo e de todos os marginais. Formação e valorização física, intelectual e religioso-moral nacionalista da Raça. Resolução dos problemas de migração, imigração e colonização. Definição da situação do estrangeiro no Império. Reacção contra tôdas as formas do Imperialismo estrangeiro no Brasil.

39. IV. NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA. CONCENTRAÇÃO POLÍTICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. — Divisão do País em províncias menores, puramente administrativas. Educação obrigatória contra o mau espírito regionalista inoculado pela república e intensificação do amor e interesse pela cidade natal ou Município, célula do Estado Imperial. — Fundamentação em base sólida da UNIDADE NACIONAL, sem prejuízo das legítimas liberdades provinciais e, SOBRETUDO, da AUTONOMIA dos Municípios, células políticas do ESTADO Imperial, garantindo-lhes uma vida local forte e livre em união estreita política orgânica com o Centro (CÔRTE), colocado realmente no centro geo-económico do Império. Aí se concentrará toda a nossa vida nacional orgânica política, económica e militar defensiva e ofensiva com irradiação para a periferia, por um sistema de circulação rápida e eficiente (rodovias, ferrovias, rios, canais, aerovias). Neste artigo *Pátria-Nova* firma o princípio de que unidade não significa uniformidade, ao contrário do monismo totalitário da democracia republicana.

(Epliação necessária. — O Brasil é uma UNIDADE e não uma soma de «unidades federativas» como os Estados-Unidos. Cumpre, portanto, continuar o processo histórico da cissparidade territorial do Império, criando novas províncias (aspiração aliás de muitas regiões do País, obstada pelos preconceitos e princípios falsos e anti-nacionais estrangeiristas-republicanos!), segundo um justo e proceloso critério geopolítico, económico e administrativo, para maior bem do Trabalho nacional e expansão demográfica. Nisto como em tudo, é a nossa História e não a dos outros povos que principalmente nos deve ensinar).



40. **V. EDUCAÇÃO, DEFESA NACIONAL E POLÍCIA.** — Disciplina espiritual como base de tôdas as outras. Cultura filosófica cristã segundo os princípios do Estado Imperial Orgânico. Como princípio, o Estado Imperial terá no ensino mera função supletiva e fiscalizadora da idoneidade da educação ministrada pelos particulares (indivíduos, famílias ou institutos). — Elevação do nível cultural total das forças militares. *Nobilitação.* Serviço militar obrigatório condicionado aos outros interesses nacionais. — Promoção das indústrias básicas metalúrgicas, siderúrgicas e nucleares. Previsão de indústrias mobilizáveis para a guerra. Planejamento de mobilização e defesa da frente interna. Eficiência técnica. — Desenvolvimento dos quadros do oficialado para enquadramento mobilizatório eficaz e rápido. Precisão da **PRODUÇÃO NO TEMPO DE BELICERÂNCIA.** — Reaparelhamento da Armada à altura da vocação e missão internacional do Brasil. — Polícia Militar nacionalizada e apropriada aos seus fins. Restabelecimento da Polícia Municipal com o caráter de auxiliar.

41. **VI. JUSTIÇA.** — Reposição da Justiça nos princípios cristãos e rigor na sua observância. Unidade de Justiça e de Processo. Assistência judiciária. Elevação do nível moral da magistratura. *Nobilitação.*

42. **VII. POLÍTICA INTERNACIONAL. ENTENDIMENTO ESPECIAL LUSÍADA. INTEGRAÇÃO DO MUNDO HISPÂNICO.** — Realizados os itens anteriores, já se terão firmado perfeitamente a paz e prosperidade internas do Império. Cumprirá, todavia, no plano internacional, voltar à nossa antiga alta posição diplomática e prestígio mundial. Estabelecer uma política internacional ativa e cristã. Há-de-se começar por um sistema de alianças *fundamentais* baseadas em nossas tradições "de família" brasileiro-portuguesa (**POLÍTICA ATLÂNTICA**) e, mais extensamente, hispânicas e neo-hispânicas (sem desprezo dos compromissos legítimos e tradicionais já existentes), o que contribuirá para a paz internacional e o bem da Cristandade restaurada, pondo-nos na situação de baluarte poderoso da defesa do Ocidente cristão e católico. Seremos então um aliado respeitável porque forte.

